

Brasil faz proposta a credor sobre desembolso

BRASÍLIA — O governo brasileiro já fez a proposta aos bancos-credores aceitando a vinculação dos desembolsos de US\$ 5.2 bilhões a um acordo com o Fundo Monetário Internacional (FMI). A proposta brasileira, no entanto, não é de vinculação convencional, mas estipula que os desembolsos somente sejam suspensos se houver rompimento do acordo do Brasil com o FMI e não no caso de descumprimento das metas acertadas com o Fundo, como querem os credores.

Esta foi a alternativa apresentada pelos negociadores brasileiros ante de retornarem ao Brasil, segundo informações de um dos integrantes da missão. O governo brasileiro, no entanto, está consciente de que os credores tentarão vincular os desembolsos ao cumprimento das metas acertadas com o FMI. De qualquer forma, o acordo brasileiro com os credores está definitivamente vinculado ao acordo com o FMI, ao contrário do que o governo vinha defendendo há alguns meses.

“O ministro Maílson da Nóbrega está conformado com as injunções externas”, comentou um funcionário do Banco Central ao analisar o comportamento brasileiro em relação à negociação da dívida externa.

Nesta negociação com os bancos privados o Brasil fechou questão em apenas

um ponto: não aceita a cláusula de arresto, o que permitiria que os bancos se apropriassem dos bens do país no exterior caso não fosse feito o pagamento dos juros.

Garantias — Mas não é apenas a questão da vinculação dos desembolsos que está entravando as negociações. A diferente situação de cada banco, principalmente entre os americanos e japoneses, é que está dificultando o acordo. Enquanto os bancos americanos estão mais flexíveis, os japoneses não aceitam fechar o acordo sem maiores garantias, como o aval do Bird e do FMI.

A explicação dos funcionários do Banco Central para este comportamento é de que os bancos americanos têm comprometimento maior de recursos no Brasil, enquanto os japoneses, por terem volume bem menor de recursos, não querem entrar com dinheiro novo para cobrir uma dívida pequena.

Os bancos americanos estão pressionando os europeus e japoneses a não fazerem tantas exigências ao Brasil, por temerem que o governo brasileiro acabe endurecendo em suas posições, como ocorreu durante a gestão do ministro Dílson Funaro. Neste caso, os bancos grandes, com maior volume de juros a receber do Brasil, seriam os mais prejudicados.